

Anexo II – Centro – 6° andar
Tel.: 82.4009.3185/3184 - e-mail: presidencia@tjal.jus.br

Ofício nº 411/2019/GP

Passembleia Legislativa de Alagoas

Passembleia Legislativa de Alagoas

PROTOCOLO GERAL 783/2019

Data: 03/04/2019 - Horário: 10:58

Caracteria de Alagoas

Legislativo

Legislativo

A Sua Excelência o Senhor **Deputado Estadual MARCELO VICTOR**Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas

Praça D. Pedro II, s/nº - Centro

57020-900 - Maceió – AL

Assunto: Encaminhamento de Mensagem n° 04/2019.

Ref.: ao Anteprojeto de Lei que "ALTERA A LEI ESTADUAL 8.069/18, ATRIBUINDO COMPETÊNCIA À 16º VARA CRIMINAL DA CAPITAL PARA PROCESSAR E JULGAR AS DEMANDAS DE CUMPRIMENTO DE PENA EM REGIM SEMIABERTO".

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, tenho a honra de submeter ao exame dessa Augusta Casa Legislativa, por intermédio de Vossa Excelência, o Anteprojeto de Lei¹ que "ALTERA A LEI ESTADUAL 8.069/18, ATRIBUINDO COMPETÊNCIA À 16ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL PARA PROCESSAR E JULGAR AS DEMANDAS DE CUMPRIMENTO DE PENA EM REGIM SEMIABERTO", aprovado pelo Tribunal Pleno, em Sessão Plenária realizada em 26 do corrente mês e ano.

Permita-me solicitar a Vossa Excelência se digne estudar a possibilidade de o Anteprojeto tramitar em caráter de urgência em face da importância da matéria para o Judiciário Alagoano.

Atenciosamente,

Desembargador TUTMÉS AIRAN DE ALBUQUERQUE MELO Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas

¹ Disponível em: http://nuvem.tjal.jus.br/index.php/s/Q9mfpRblBAddOwB Acesso em: 1º/04/2019.



Gabinete da Presidência Praça Marechal Deodoro, 319, Anexo II – Centro – 6° andar

Tel.: 82.4009.3185/3184 - e-mail: presidencia@tjal.jus.br

MENSAGEM AO ANTEPROJETO DE LEI TJ/AL N° 04/2019.

Maceió, 1º de abril de 2019.

A Sua Excelência o Senhor **Deputado Estadual MARCELO VICTOR**Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas

Maceió, Alagoas.

Assunto: Mensagem ao anteprojeto de lei que altera a Lei Estadual nº 8.069/18, atribuindo competência à 16ª Vara Criminal da Capital para processar e julgar as demandas de cumprimento de pena em regim semiaberto".

Senhor Presidente,

- 1. Tenho a honra de submeter ao exame dessa Augusta Casa Legislativa o anteprojeto de lei anexo, em que se propõe a alteração da Lei Estadual nº 8.069, de 21 de dezembro de 2018, atribuindo competência à 16ª Vara Criminal da Capital para processar e julgar as demandas de cumprimento de pena em regime semiaberto.
- 2. O que se propõe é a unificação da análise dos processos de execução de pena no regime semiaberto na 16ª Vara de Execução Penal da Capital, a qual será composta por três juízes e terá melhores condições de processar e julgar as demandas de todo o estado relacionadas à execução da pena também nesse regime.
- 3. O anteprojeto tem o objetivo claro de dar melhor fluidez e celeridade na análise dos processos tendo em vista a nova estrutura de pessoal garantida a Vara de Execução Penal da Capital, o que por certo garantirá aos condenados em regime semiaberto também uma melhor e mais rápida avaliação dos pedidos impetrados nessa unidade judiciária.
- 4. Desta feita, é com esta breve explanação que encaminho ao crivo dessa Casa Legislativa o Anteprojeto de Lei anexo, certo de contar com o valioso apoio de Vossa Excelência e de seus dignos pares na aprovação desta iniciativa de importância fundamental para a política judiciária voltada à execução penal implantada em Alagoas; pelo que, aproveito a oportunidade e reitero-lhe meus protestos de consideração e distinto apreço.

Atenciosamente,

Desembargador **TUTMÉS AIRAN DE ALBUQUERQUE MELO**Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas



Gabinete da Presidência Praça Marechal Deodoro, 319, Anexo II – Centro – 6° andar

Tel.: 82.4009.3185/3184 - e-mail: presidencia@tjal.jus.br

ANTEPROJETO DE LEI N° XX, DE XX DE XXXXXX DE 2019.

ALTERA A LEI ESTADUAL 8.069/18, ATRIBUINDO COMPETÊNCIA À 16ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL PARA PROCESSAR E JULGAR AS DEMANDAS DE CUMPRIMENTO DE PENA EM REGIM SEMIABERTO.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS decreta:

Art. 1° A Lei Estadual n° 8.069, de 21 de dezembro de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2° A 16ª Vara Criminal, observadas as regras concebidas e definidas em Resoluções do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas e na Lei Estadual nº 6.877, de 17 de outubro de 2007, não contrárias aos dispositivos previstos nesta Lei, terá competência plena, ratione materiae:

 I — para o processamento de execuções penais relativamente ao cumprimento da pena em regime fechado e semiaberto, com jurisdição em todo território do Estado de Alagoas; (NR)

II — para o processamento de execuções penais, relativamente ao cumprimento da pena no regime aberto na Comarca da Capital; (NR)

(...)

Art. 3° Nas demais comarcas, permanece a competência *ratione* materiae para tratar sobre o cumprimento da pena no regime aberto.

Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, em Maceió, XX de XXXXXXXXXX de XXXX, 202° da Emancipação Política e 130° da República.